

EDUCAR PARA A IGUALDADE DE GÉNERO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Comunicação apresentada no Seminário Género: memória, educação e literatura

5 de junho/2013, Escola Superior de Educação de Portalegre

Amélia de Jesus Marchão

Escola Superior de Educação do
Instituto Politécnico de Portalegre.
NEISES, C3i, Instituto Politécnico de Portalegre,
P-7300-110, Portalegre, Portugal
ameliamarchao@esep.pt

A sociedade está hoje a passar por um conjunto de alterações que trespassam a vida de todos os cidadãos, incluindo a vida da criança enquanto cidadã.

Em contexto formal de educação para as crianças mais novas, onde inscrevemos a creche, o jardim de infância e a escola do 1.º ciclo do ensino básico, três pilares têm vindo, através da investigação, a ser reconhecidos como os pilares mestres para uma boa educação das crianças: falamos do enriquecimento do meio/estimulação, da livre iniciativa da criança/autonomia e do diálogo experiencial/sensibilidade. Estes três pilares estabelecem a ligação entre o que se experiencia no contexto educativo e a grande finalidade educativa: o desenvolvimento pessoal e social, área integradora do processo educativo e curricular e que *“tem a ver com a forma como a criança se relaciona consigo própria, com os outros e com o mundo, num processo que implica o desenvolvimento de atitudes e valores, atravessando as áreas [educativas/curriculares] de expressão e comunicação e de conhecimento do mundo”* (Portugal & Laevers, 2010, p. 15).

Como referem os mesmos autores e, na linha de pensamento de Laevers (1995; Laevers & Van Sanden, 1997), *“trata-se de investir no desenvolvimento de um cidadão emancipado, ou com agência: alguém autêntico na interação que estabelece com o Mundo, emocionalmente saudável, evidenciando vitalidade, com uma atitude fortemente exploratória, aberta ao mundo externo e interno, com um sentido de pertença e de ligação, e uma forte motivação para contribuir para a qualidade de vida e o universal processo de criação, respeitando o Homem e a Natureza. Este processo de ligação e de desenvolvimento de uma orientação positiva relativamente a si próprio, aos outros, à comunidade e natureza é o que confere sentido e valor*

à educação, estando na base de uma orientação pró-social e construtiva do mundo” (Portugal & Laevers, 2010, p. 15).

Como já escrevemos em 2012 (Marchão, 2012, p. 32) a propósito da organização e desenvolvimento curricular nos contextos formais de educação e ensino, designadamente o jardim de infância e a escola do 1.º ciclo do ensino básico, a estes contextos exige-se a responsabilidade social de *“formação de cidadãos responsáveis, com capacidades e competências para decidir, participar, intervir na sociedade, o que só é possível, dando a informação lugar à formação integral e plena dos sujeitos”*.

No caso da educação pré-escolar, em que o currículo tem um sentido globalizante, articulado e integrado, a área da formação pessoal e social surge como área integradora da área da expressão e comunicação e da área do conhecimento do mundo, que se desenvolvem alicerçadas numa matriz socioconstrutivista em que se procura relacionar de forma contextualizada essas três áreas de conteúdo e em que se fomentam diferentes interações entre a criança e os outros, de forma a permitir que a sua identidade se vá construindo.

Também os objetivos do ensino básico concretizam três aspetos fundamentais: a criação de condições para o desenvolvimento global e harmonioso dos indivíduos, possibilitando a descoberta progressiva de interesses, aptidões, capacidades individuais e coletivas no âmbito da formação pessoal e social; a criação de condições que facilitem escolhas escolares e profissionais esclarecidas e suportadas na aquisição de saberes, de instrumentos, de capacidades, de atitudes, de competências e de valores; bem como o favorecimento da construção de valores de cidadania através de atitudes e de práticas democráticas (Marchão, op. cit.).

No âmbito curricular intencionalizam-se, assim, a dimensão pessoal da formação, a dimensão das aquisições básicas e intelectuais fundamentais e a dimensão da cidadania. A par de um lado mais científico e escolar do currículo inclui-se, também com um sentido transversal, a dimensão da formação da criança enquanto cidadã, alimentando hábitos e atitudes positivas e de maturidade sócio afetiva e cívica em que é importante promover regras básicas, atitudes e valores positivos em relação aos outros, e afirmar a plena aceitação e inclusão, sem contudo, negar as diferenças entre os indivíduos. Deste modo, podemos afirmar que o currículo da escola básica não deve ser uma adição de disciplinas, antes é preciso promovê-lo com um sentido integrado mas diversificado em ofertas, em experiências de aprendizagem e em adequação e flexibilidade.

Desta breve análise sobre o que se espera dos contextos formativos, temos, assim, contextos curriculares para a educação das crianças mais novas que afirmam a necessidade de contribuir para a sua formação pessoal e social e de contribuir para a formação de uma criança cidadã.

Esta criança, entendida como uma cidadã emancipada e com agência, com competência, inteligência e sensibilidade, desenvolve-se, forma-se e constrói-se no contexto de uma pedagogia participativa que tem como alicerces a democracia, (Oliveira-Formosinho, 2011) e ampla cidadania que a caracteriza e em que as principais finalidades educativas são a promoção da igualdade para todas as crianças e a inclusão de todas as diversidades/heterogeneidades. Ora, nesta linha de pensamento, quando se trata de contextos formais de educação para crianças mais novas, é de extrema importância fomentar o seu desenvolvimento pessoal e social promovendo a construção de uma identidade cidadã assente em pilares democráticos de igualdade de direitos e de obrigações associados à *“pertença a uma comunidade alargada (...)”* (Cardona, Nogueira, Vieira, Uva, & Tavares, 2010, p. 33) e em que a *“igualdade de direitos e oportunidades inclui precisamente respeitar os direitos de todos os seres humanos, independentemente, das suas características, crenças ou identidade”* (Cardona, Nogueira, Vieira, Uva, & Tavares, 2010, p. 39).

Educar para esta cidadania, na linha de pensamento de Cardona et. al. (2010) implica a existência de uma escola para todos, cujas práticas se caracterizam por:

- Terem como objetivo fundamental a promoção de uma cultura de democracia e direitos humanos.
- Procurarem fortalecer a coesão social, a compreensão mútua e a solidariedade.
- Porem em relevo a experiência individual e a busca de boas práticas, para o desenvolvimento de comunidades empenhadas no estabelecimento de relações humanas autênticas, verdadeiras.
- Ocuparem-se da pessoa e das suas relações com os outros, da construção de identidades pessoais e coletivas e das condições de vida em conjunto.
- Por se dirigirem a todas as pessoas, seja qual for a sua idade e o seu papel na sociedade.
- E por pressuporem um processo de aprendizagem que se desenrola ao longo da vida e que destaca valores como a participação, a parceria, a coesão social, a equidade e a solidariedade (op. cit., 2010).

No âmbito das práticas curriculares e pedagógicas que afirmam a escola para todos, cabe a educação para a igualdade de género, sobretudo porque na formação de uma criança cidadã importa educar para a igualdade de direitos apesar de, em simultâneo, se educar para a aceitação e rentabilização das diferenças entre uns e outros.

Assim, as questões de género e de cidadania fazem parte da vida das crianças e, como dizem Maria João Cardona e outras (Cardona M. J., et al., 2011), naturalmente, também entram na vida dos contextos educativos e escolares. No entanto, por vezes de forma desvalorizada, ou até ignorada e/ou reprimida, alegando os professores e as professoras uma certa inconsciência ou falta de preparação para lidarem com conteúdos desta natureza, ou por falta de recursos.

Atenta a estas questões, e tendo naturalmente como grande objetivo combater as desigualdades entre géneros que teimam em persistir nas sociedades atuais, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, tem vindo a preocupar-se com a necessidade de em Portugal, os contextos formais de educação e ensino poderem incluir de forma mais consciente, clara e contextualizada no ambiente curricular as questões sobre o género e a cidadania. Neste sentido, tem vindo a publicar um conjunto de guiões de Educação Género e Cidadania, para a educação pré-escolar, para o 1.º Ciclo, para o 2.º Ciclo e para o 3.º Ciclo.

Estes guiões têm como principal objetivo *“apoiar a integração da dimensão do género e da igualdade entre raparigas e rapazes no currículo do ensino básico”* (nota prévia da CIG em Cardona, et al 2011, p. VII) e a sua finalidade *“é a integração da dimensão de género nas práticas educativas formais e nas dinâmicas organizacionais das instituições educativas, com vista à eliminação gradual de estereótipos sociais de género que predefinem o que é suposto ser e fazer um rapaz e uma rapariga”* (nota prévia da CIG em op. cit, p. VII). Também se pretende *“contribuir para tornar efetiva a educação para a cidadania para raparigas e para rapazes, nomeadamente no quadro da formação cívica, garantindo que a educação, e a cidadania como uma das áreas transversais, se configure e estructure a partir, entre outros, do eixo das relações sociais de género, visando uma verdadeira liberdade de escolha dos percursos académicos e profissionais e dos projetos de vida por parte, quer de raparigas, quer de rapazes”* (nota prévia da CIG em op. cit, p. VII).

A estrutura dos guiões integra uma abordagem teórica e reflexiva sobre as questões de género e cidadania e integra um quadro de sugestões práticas que podem servir de referência para práticas contextualizadas e adequadas em cada jardim de infância e escola, em cada sala e com cada grupo/turma.

A Escola Superior de Educação de Portugal, com a assinatura recente de um protocolo com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, associou-se a estes propósitos e finalidades e, através de diferentes atividades pretende contribuir para que os e as profissionais de educação e ensino ganhem uma maior consciência da necessidade de criar oportunidades para que a criança se construa nessa cidadania democrática. No âmbito deste protocolo já protagonizámos momentos de reflexão entre profissionais e investigadores, iremos realizar momentos de formação contínua e estamos a providenciar um projeto de investigação com a participação de uma equipa constituída entre várias instituições de ensino superior.

Também ao nível da investigação orientada, temos vindo a desenvolver e continuamos a desenvolver a orientação de investigações académicas no âmbito do mestrado em educação pré-escolar e do mestrado em educação e proteção de crianças e jovens em risco, estando já uma dissertação concluída e da qual já resultaram três comunicações em seminários de reflexão e de investigação, estando uma delas editada em CD e Ebook disponibilizada de forma integral no RCAPP¹. Estão em curso mais três dissertações a concluir durante este ano letivo.

Os objetivos destas investigações têm privilegiado o conhecimento sobre as conceções de género na infância; sobre as conceções de género que influenciam as conceções das crianças, nomeadamente as conceções de género das profissionais e as conceções de género das e dos encarregadas(os) de educação e as conceções de género subjacentes e evidentes na escolha dos manuais escolares adotados pelas escolas do 1.º ciclo do ensino básico, e também têm tentado identificar práticas educativas e curriculares que podem contribuir para a igualdade de género.

Estas investigações têm sido desenvolvidas através de quadros de pesquisa e de análise qualitativa e têm sido desenvolvidas em jardins de infância e em escolas do 1.º ciclo do ensino básico.

Em dois dos estudos², esse quadro de pesquisa e de análise qualitativa desenvolveu-se através da investigação-ação e privilegiaram-se como instrumentos de recolha de dados a observação participante e o questionário aplicado às profissionais, o questionário aplicado às e aos encarregados de educação e a entrevista a crianças.

¹ MARCHÃO, A. & BENTO, A. (2013). *Promoção da igualdade de género – um estudo em contexto de educação pré-escolar*. Ebook do III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre

² DUARTE, J. (2013). *Promoção da igualdade de género na educação pré-escolar através do guião de educação, género e cidadania*. Portalegre: Escola Superior de Educação de Portalegre. Relatório Final. Mestrado em Educação Pré-escolar. BENTO, A. (2011). *Promoção da Igualdade de Género em Contexto de Educação Pré-Escolar*. Portalegre: Escola Superior de Educação de Portalegre. Dissertação de Mestrado em Educação Pré-Escolar.

Nos outros dois estudos³, no formato estudo de caso, num optou-se por dinamizar o quadro de pesquisa utilizando o questionário para as profissionais (educadoras de infância) e para as e os encarregados de educação e a entrevista às crianças e, no estudo desenvolvido em escolas do 1.º ciclo do ensino básico usou-se o questionário aos professores e professoras em exercício em dois agrupamentos de escolas.

Destas investigações (três delas ainda em curso) é já possível destacar alguns resultados, agrupando-os em torno de duas dimensões principais: as conceções e os comportamentos das crianças, e as conceções das/dos professores do 1.º ciclo e a influência dessas conceções na escolha dos manuais escolares adotados. A estas dimensões juntam-se mais duas, as conceções das educadoras, e as conceções das/os encarregados de educação. As conceções das profissionais ainda não se apresentam, dado os resultados ainda não estarem todos analisados e interpretados. As conceções das/os encarregados de educação que se irão apresentar apenas dizem respeito ao estudo já concluído.

Assim, quando estudámos as conceções de género e os comportamentos das crianças através da entrevista em que se envolveram 75 crianças de três salas de três jardins de infância em faixas etárias entre os três e os cinco anos ou quando se observaram diretamente, conclui-se que:

- Todas as crianças têm a noção do género a que pertencem, adotando na sua maioria comportamentos de género veiculados na sociedade, seguindo por vezes comportamentos estereotipados (por exemplo, na casinha brincam mais as meninas do que os meninos, na garagem brincam mais os meninos).
- Nos desenhos das crianças, estas atribuem papéis de género diferentes ao pai e à mãe, surgindo a mãe quase sempre associada a atividades domésticas e o pai associado a atividades mais lúdicas.
- Quando, por exemplo, são questionadas relativamente a escolhas de brinquedos, as sugestões das crianças revelam-se marcadamente afetadas por algumas ideias estereotipadas em sociedade.
- Nas entrevistas e nas observações diretas verifica-se que as crianças associam cores ao género masculino e feminino, surgindo o cor-de-rosa associado à mulher e o azul associado ao homem.

³ PRATES, M. Portalegre: Escola Superior de Educação de Portalegre. Dissertação de mestrado em curso. PIRES, E. Portalegre: Escola Superior de Educação de Portalegre. Dissertação de mestrado em curso.

- Também dos resultados das entrevistas se distinguem dois perfis: um associado à mulher e que se relaciona mais com as tarefas domésticas, com a maternidade e a preocupação estética; um associado ao homem associado às tecnologias e às atividades desportivas.
- Apesar de ser notória uma segregação de género relativamente a tarefas, a atividades, a cores, a roupas, a acessórios, a desportos, a profissões e a brinquedos, as crianças mostram-se, na sua maioria, disponíveis para alterar escolhas, depois de terem sido escutadas, e de em conjunto com os adultos terem refletido ideias e comportamentos.
- As crianças são influenciadas pelos estereótipos de géneros que se identificaram nas e nos encarregados de educação e nas profissionais.

Quando estudadas as conceções das/dos 17 professores do 1.º ciclo e a influência dessas conceções na escolha dos manuais escolares adotados, podemos concluir que:

- Os docentes veem no termo género uma diferenciação.
- Os professores e as professoras afirmam que promovem a igualdade de género.
- Encontram no manual escolar um instrumento de trabalho e usam-no para consolidação de conhecimentos.
- Embora já exista uma preocupação em relação à igualdade de género aquando da elaboração do manual, os docentes afirmam que nos manuais se identificam algumas tendências nomeadamente na abordagem às profissões.
- No momento de escolha do manual escolar, a abordagem igualitária ao género não é, de forma consciente, fator de escolha e seleção do manual escolar.

As conceções das encarregadas de educação (23 mães) que se apresentam, dizem apenas respeito ao estudo já concluído. Verificou-se que:

- A figura materna é a eleita para a ligação com a instituição educativa.
- Todas afirmaram já ter ouvido falar em igualdade de género, mas na sua maioria afirmaram que em Portugal não existe essa igualdade e que não existem direitos equivalentes para homens e mulheres.
- As suas conceções são marcadas, na sua maioria, por estereótipos sociais, nomeadamente na associação que fazem entre roupa e cor da roupa para meninos e meninas; no tamanho do cabelo; na escolha dos brinquedos para meninos e para

meninas; nas tarefas domésticas em que uns e outros podem participar e nos locais e atividades em que cada um pode participar (ir ao café, ir ao futebol...).

- Sobre as escolhas das profissões a fazer pelos filhos e filhas, as mães não revelaram associações a profissões de homens ou de mulheres.
- Nem todas estão despertas para as questões de género e nem todas têm consciência de que podem, com os seus comportamentos e atitudes, influenciar as crianças na sua conceção de género.
- Nenhuma se opõe a que a educação para a igualdade de género aconteça no jardim de infância, mas também não afirmam que ela é imprescindível.

Em compêndio, salientamos que para aprender a ser pessoa a criança precisa de estar integrada em contextos que respondam às suas necessidades e também interesses. Nesses contextos aprende-se, entre outros, a construir a identidade de género e é muito importante que, desde cedo, a criança aprenda a construir a sua identidade de género sem o fazer de forma estereotipada.

Precisamos de equacionar a educação para o género, para a igualdade de género e para a cidadania no contexto do currículo da educação e do ensino básico, de uma forma consciente e deliberada e como salienta Cardona et.al (2011, p. 131), esta *“atitude começa no desenvolvimento de uma atitude de escuta das crianças, pelo estimular o debate perante os conflitos de ideias com que naturalmente se confrontam, e que são estimulantes do ponto de vista sociocognitivo levando-os a desenvolver uma atitude de constante questionamento. Só a partir da reflexão sobre situações, do questionamento de atitudes e ideias, é possível promover junto dos rapazes e raparigas a desconstrução de estereótipos que impedem a existência de uma verdadeira igualdade de oportunidades e participação entre homens e mulheres”*.

Bibliografia

- Cardona, M. J., Nogueira, C., Piscalho, I., Tavares, T., Uva, M., & Vieira, C. (2011). *Guião de educação género e cidadania. 1º Ciclo do ensino básico*. Lisboa: CIG.
- Cardona, M., Nogueira, C., Vieira, C., Uva, M., & Tavares, T. (2010). *Guião de educação género e cidadania - pré- escolar*. Lisboa: CIG.
- Marchão, A. (2012). *No jardim de infância e na escola do 1.º ciclo do ensino básico. Gerir o currículo e criar oportunidades para construir o pensamento crítico*. Lisboa: Edições Colibri.
- Oliveira-Formosinho, J. (2011). *O Espaço e o Tempo na Pedagogia-em-Participação*. Porto: Porto Editora.

Portugal, G., & Laevers, F. (2010). *Avaliação em Educação Pré-Escolar. Sistema de Acompanhamento das Crianças*. Porto: Porto Editora.